

No fim é mais gostoso: em jogo sofrido, Palmeiras marca no último lance e vence Peñarol

Seu time vira a partida de maneira incrível no começo da segunda etapa e perde chances de maneira igualmente incrível. Poderia transformar a vitória em goleada, mas leva o empate. Para piorar, um de seus melhores jogadores é expulso de maneira estranha no fim.

Um roteiro fadado a desgraça? Poderia ser.

O Palmeiras passou por tudo isso, mas venceu o Peñarol por 3 a 2 no Allianz Parque na noite desta quarta-feira. Cortesia do lateral Fabiano, um dos jogadores mais questionados do elenco, que acertou um arremate no último lance para garantir a vitória pela terceira rodada da fase de grupos da Libertadores.

Arias e Rodriguez fizeram para os uruguaios, enquanto Willian e Dudu marcaram os outros para os mandantes.

Os dois primeiros gols palmeirenses saíram logo no começo da segunda etapa, em um período que a partida poderia ter facilmente ficado 4 a 1 – Borja perdeu um pênalti e viu o goleiro Guruceaga defender outra finalização. Willian ainda desperdiçou uma chance incrível quando a partida já estava 2 a 2: driblou o arqueiro, mas acertou o travessão.

Logo antes do gol de Fabiano, Dudu ainda foi expulso de maneira bizarra pelo árbitro Ronny Olmedo (EQU). Ele reclamou que um jogador do time uruguaio atrasava a cobrança de uma falta e levou amarelo por discutir com o adversário. Na sequência, ele questionou o juiz e foi expulso.

A vitória deixou os comandados de Eduardo Baptista na primeira posição do grupo 5, com sete pontos. O Peñarol é o terceiro, com três. Jorge-Wilstermann-BOL, segundo com seis, e Atlético Tucumán-ARG, com um, fecham a classificação.

Gol do Peñarol

O Palmeiras passou mais, chutou mais e ficou mais com a bola na primeira etapa. Mas saiu atrás no placar. Aos 31 minutos, depois da cobrança de escanteio, Ramon Arias apareceu livre de marcação dentro da área e cabeceou firme no canto esquerdo do goleiro Fernando Prass.

Sem paciência e afobado para definir as jogadas, o time brasileiro sofreu para criar boas oportunidades.

Pressão e virada rápida

Felipe melo durante jogo do Palmeiras contra o Peñarol © Djalma Vassão/Gazeta Press Felipe melo durante jogo do Palmeiras contra o Peñarol

Toda a tranquilidade e oportunidades que faltaram nos 45 minutos iniciais apareceram no começo do segundo tempo. Em 15 minutos, o Palmeiras já vencia por 2 a 1. E o placar poderia estar maior.

Willian empatou com um minuto de bola rolando – na jogada, Borja fez um passe com a mão, que a arbitragem não viu. Aos 5min, Dudu completou para as redes um passe de Guerra. E para fechar, Borja perdeu um pênalti sofrido por Dudu aos 11min e boa oportunidade aos 13min.

Empate e fim incrível

O castigo por ter perdido boas chances veio aos 30 minutos. Depois de levantamento na área, Quintana finalizou, Prass fez boa defesa, mas Rodríguez, livre de marcação, deixou tudo igual no rebote.

Quatro minutos mais tarde, Tche Tche roubou a bola, e Guerra

deu ótima enfiada para Willian. O atacante driblou Guruceaga, mas finalizou no travessão.

No fim, depois da expulsão de Dudu e com nove minutos de acréscimo, Fabiano aproveitou cruzamento de Michel Bastos e desviou para fazer o gol da vitória.

Gian destaca jogo do Palmeiras: 'Uma vitória daquelas, para fazer torcedor sofrer'

Agenda

Peñarol e Palmeiras voltam a se enfrentar na próxima rodada da Libertadores. O jogo será no dia 26 de abril, no estádio Campeón del Siglo.

Em outras competições, as equipes voltam a campo já no próximo domingo, dia 16 de abril. O clube brasileiro enfrentará a Ponte Preta às 16h, no Moisés Lucarelli, pela semifinal do Campeonato Paulista. O time uruguaio enfrenta o Danubio, às 19h30, pela ligal local.

Fonte: MSN.

"Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte."

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

Justiça federal suspende licença de mineradora de ouro

A Belo Sun afirmou que confia que reverterá a decisão judicial

após ouvida

A Justiça Federal suspendeu nesta quarta-feira (12) a licença de instalação concedida pelo Governo do Pará à mineradora canadense Belo Sun Mining Corporation para a exploração de ouro na região da hidrelétrica de Belo Monte, próximo ao município de Altamira. O Projeto Volta Grande, que deverá ser maior mina de ouro do Brasil, prevê investimentos de R\$ 1,22 bilhão na fase de implantação que terá duração de três anos, segundo a empresa. O investimento em sondagem e pesquisa mineral é estimado em US\$ 5 milhões em 2017.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF) no Pará, até hoje a empresa não apresentou estudos válidos do impacto do projeto sobre os povos indígenas da região. “Para o desembargador federal Jirair Meguerian, a concessão de licença para a mineradora se instalar, sem os estudos do componente indígena, desobedece decisão judicial anterior do próprio TRF1, que permitiu a continuidade dos licenciamentos, com a expressa orientação de que fosse analisado o impacto sobre os indígenas”, afirmou nota do MPF.

Segundo o MPF, as etnias Arara e Juruna seriam afetadas pelo projeto, e a empresa apresentou estudo à Fundação Nacional do Índio (Funai) considerado inapto, “por não conter nenhum dado coletado dentro das áreas indígenas e por não ter sido realizada consulta prévia aos índios”. Procurada, a Belo Sun afirmou em nota que a decisão do tribunal foi dada sem ter ouvido os argumentos do Estado do Pará nem da empreendedora sobre o caso. A Belo Sun afirmou que confia que reverterá a decisão judicial após ouvida.

A mineradora afirmou ainda que as duas áreas indígenas mais próximas ao Projeto Volta Grande estão a mais de 10 quilômetros da área, mas que mesmo assim, de forma voluntária em 2012, a empresa solicitou um termo de referência (TR) e autorização da Funai para estudos sobre o modo de vida desses povos. “O órgão federal emitiu um TR provisório e, até o

momento, não concedeu a autorização para acesso às terras homologadas”, afirmou a Belo Sun.

A empresa também explicou que no processo de avaliação do estudo de impacto ambiental pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) ficou definido que a empresa deveria elaborar um Estudo de Componente Indígena, com indígenas desaldeados, já realizado e protocolado na Funai e na secretaria estadual do meio ambiente (Semas), em abril de 2016, dando sequência ao processo de licenciamento ambiental. No entanto, a empresa argumentou, sem dar detalhes, que não foi possível fazer entrevistas com um determinado grupo de indígenas.

“Uma das condicionantes da Licença de Instalação (LI), emitida pela Semas, determina que a empresa dê continuidade às tratativas junto à Funai”, afirmou.

O MPF pontuou que essa é a segunda decisão judicial que suspende a licença de instalação da Belo Sun. “O projeto está bloqueado também pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por causa de irregularidades fundiárias cometidas na aquisição de terras para a instalação”, afirmou o órgão.

Fonte: ORMNews.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

Defesa Civil Nacional reconhece situação de emergência de Monte Alegre

Medida tomada pela Defesa Civil Nacional contempla também municípios dos estados do Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco.

O reconhecimento da situação de emergência de Monte Alegre, no oeste do Pará, foi publicado nesta quarta-feira (12), pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), do Ministério da Integração Nacional, no Diário Oficial da União, e permitirá à prefeitura do município solicitar apoio federal para ações de socorro e assistência, restabelecimento de serviços essenciais e recuperação de áreas danificadas por desastres naturais.

A medida também contempla municípios do Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco.

Em Monte Alegre (PA), Nova Monte Verde (MT), Carauari (AM) e Porto Grande (AP), o reconhecimento federal é decorrente dos municípios terem sido atingidos por tempestades, inundações e enxurradas.

Em Minas Gerais, o reconhecimento decorre do extenso período de estiagem que afeta as cidades de Itacarambi, Riachinho e Taiobeiras. As regiões de Coribe, na Bahia, e Barra do Guabiraba, em Pernambuco também sofrem os efeitos da falta de chuva.

Auxílio emergencial

Para obter apoio material e financeiro da Defesa Civil Nacional, os municípios devem apresentar um relatório com o diagnóstico dos danos causados e o Plano Detalhado de Resposta

(PDR), por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). A plataforma está disponível no endereço eletrônico www.mi.gov.br/defesa-civil/s2id. As demandas são analisadas por equipes técnicas da Sedec e, quando aprovadas, o Ministério define o recurso a ser disponibilizado.

Fonte: G1 PA.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

Plano de ação contra o desmatamento na Amazônia é debatido em Santarém

Objetivo do Plano é estabelecer um conjunto de ações governamentais para fazer frente à perda de florestas do bioma Amazônico.

O objetivo do Plano é estabelecer um conjunto de ações governamentais para fazer frente à perda de florestas do bioma Amazônico. Mais do que controlar o desmatamento, o PPCAD entende que somente a consolidação de alternativas econômicas sustentáveis é capaz de manter a queda nas taxas de desmatamento e impulsionar um novo modelo produtivo.

De acordo com os dados do Ibama, a Amazônia é o maior bioma do Brasil, num território de 4,196.943 milhões de km² crescem 2.500 espécies de árvores e 30 mil espécies de plantas das 100

mil da América do Sul. A bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo: cobre cerca de 6 milhões de km² e tem 1.100 afluentes. Seu principal rio, o Amazonas, corta a região para desaguar no Oceano Atlântico, lançando ao mar cerca de 175 milhões de litros d'água a cada segundo.

Grandiosidade

A região amazônica é vista como a maior reserva de madeira tropical do mundo, com recursos naturais que, além da madeira, incluem enormes estoques de borracha, castanha, peixe e minérios. A região abriga também grande riqueza cultural, incluindo o conhecimento tradicional sobre os usos e a forma de explorar esses recursos naturais sem esgotá-los ou destruir o habitat natural.

Fonte: G1 PA.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

Quantidade de madeira para doação é pouca para atender ribeirinhos afetados pela cheia, diz Defesa Civil

Órgão conta apenas com uma tora que ainda não foi beneficiada. Madeira é usada na construção de passarelas e levantamento dos assoalhos das casas.

Para amenizar os transtornos causados pela cheia dos rios em Santarém, no oeste do Pará, moradores de comunidades ribeirinhas adotam medidas como a construção de passarelas e o aumento no nível dos assoalhos feitos com madeira. De acordo com a Defesa Civil no município, os pedidos de doação de madeira estão altos para a quantidade disponível.

Atualmente, a Defesa Civil conta apenas com uma tora de madeira, que ainda não foi beneficiada. Geralmente a origem das toras é de operações em outras regiões feitas pelos órgãos ambientais, mas para chegar até os ribeirinhos é preciso passar por procedimentos de liberação judicial e beneficiamento.

De acordo com a coordenadora da Defesa Civil, Laura Lopes, conforme a madeira for liberada, a doação será feita por ordem de prioridade. “Tiveram comunidades que receberam em outros anos e não deram a destinação correta, já este ano vamos atender as comunidades que ainda não receberam esse material”, contou.

Ela espera que a quantidade de madeira aumente antes que os transtornos ganhem mais proporção. Porém, ainda não foi estabelecido o método de entrega das doações. No ato do recebimento, o comunitário vai assinar um termo que se compromete a utilizar a madeira para ações de emergências que amenizarão os problemas causados pela cheia.

Nível do rio

Em relatório recebido na manhã desta quarta-feira (12), a Defesa Civil divulgou que o nível do rio Tapajós está em 7,42m – 0,89 centímetros abaixo da cheia de 2009 quando o rio chegou a 8,31m. Esse monitoramento é feito diariamente na régua da Agência Nacional de Água (ANA), localizada no porto da companhia Docas do Pará em Santarém. A cota de alerta, 7,10 metros, foi ultrapassada.

Fonte: G1 PA.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

Governo do Pará decide gerenciar aterro sanitário metropolitano de Marituba

Governo decidiu intervir na gestão da empresa Revita, responsável pelo aterro sanitário, em reunião nesta quarta,12. Ação gerará mais gastos aos cofres públicos.

Após a reunião desta quarta-feira (12), o Governo do Pará decidiu que passará a gerenciar o aterro sanitário metropolitano, localizado em Marituba, na região metropolitana de Belém. A decisão foi feita durante a reunião com representantes dos moradores de Marituba, vice-prefeito de Belém, Orlando Reis, prefeito do Ananindeua, Manoel Pioneiro, prefeito de Marituba, Mário Filho, e representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semas).

Depois de quatro horas de reunião, o Governo entendeu que é necessário uma intervenção para resolver os problemas emergenciais e buscar a alternativa de um novo empreendimento para administrar o aterro. A manobra vai gerar custo aos cofres públicos, mas ainda não se sabe o tamanho do prejuízo.

Para atenuar os gastos que o Governo passará a ter para gerenciar o aterro, uma ação civil pública será impetrada

contra a empresa Revita, que gerencia a Guamá Tratamentos de Resíduos, responsável pela operacionalização do aterro sanitário em Marituba, cobrando esses gastos pelo estado.

Os manifestantes levaram suas reivindicações para a reunião. Eles queriam o encerramento das atividades do aterro sanitário, que está provocando mau cheiro na área onde está instalado e com isso moradores próximos estão ficando doentes, além da contaminação de igarapés próximos; eles queriam ainda que a Prefeitura de Marituba suspenda o alvará de funcionamento do aterro e que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente suspenda a licença de operação da empresa responsável pelo aterro.

Entenda o caso

Moradores do bairro São João, em Marituba, município da região metropolitana de Belém, interditam no dia 1º de março de 2017 a via que dá acesso ao aterro sanitário metropolitano que fica no município, próximo à Alça Viária. Foi prometida uma reunião com representantes do governo do Pará, da empresa responsável pelo aterro e dos municípios que despejam resíduos sólidos no local.

A comunidade protesta contra os problemas decorrentes da instalação do lixão no local, como o forte odor e a ocorrência de problemas respiratórios entre os moradores. Eles pedem que o espaço, que recebe todo o lixo produzido na região metropolitana de Belém, seja desativado. O bloqueio durou três dias e fez as cidades de Belém, Ananindeua e Marituba ficarem sem a coleta regular de lixo, já que não teria onde despejar os resíduos sólidos coletados pelas prefeituras.

Segunda interdição

No dia 17 de março, os moradores retornaram a interditar a via, reclamando que as solicitações não foram atendidas e que só liberariam a via após um posicionamento oficial dos órgãos públicos de fiscalização e meio ambiente dos municípios e

estado.

A principal reclamação dos manifestantes é com relação aos problemas de saúde que o aterro sanitário tem causado. Segundo os moradores, o governo havia prometido atendimento médico e o cumprimento de 20 medidas ambientais para solucionar a questão, mas até o momento nenhum prazo foi dado e nem os problemas resolvidos.

De acordo a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), já houve um diálogo com a comunidade e lideranças, em que foram pontuadas as questões que envolvem saúde. “Então, é o momento da gente verificar juntamente com a comunidade o que realmente está acontecendo, quais desses itens não foram cumpridos, até porque o Estado vem pontuando com eles e constantemente está em campo”, afirmou Thales Belo, secretário adjunto da Semas.

“A gente vai ter que conversar com as autoridades municipais para poder verificar qual atuação imediata, ou seja, o que o Estado, o que os municípios precisam fazer para que a população não tenha esse retorno negativo”, disse ainda o secretário.

No final da manhã do dia 18 de março, homens da PM foram ao aterro sanitário de Marituba para dar apoio ao cumprimento da decisão judicial expedida na última sexta-feira (17), em Ananindeua, que obrigava os manifestantes a liberarem o acesso ao aterro sanitário localizado no município.

“Má fé da empresa”

No dia 22 de março, moradores realizaram uma manifestação na rodovia BR-316 protestando contra o aterro sanitário. A movimentação provocou uma coletiva de imprensa da Semas para falar sobre o caso. O secretário Luiz Fernandes falou que ficou surpreso com a carta divulgada pela empresa responsável pelo aterro sanitário de Marituba, a Guamá Tratamento de Resíduos, que realizariam um Termo de Compromisso Voluntário

para resolver os problemas apresentados no aterro.

“Fomos surpreendidos com a empresa encaminhando o documento como se de compromisso voluntário dela adequar as medidas constantes no documento oficial e excluindo algumas, inclusive de grande interesse ambiental, ela exclui dessa medida e colocou como se fosse dela. Então é uma má fé da empresa desde aí, querendo passar para a população que ela está voluntariamente corrigindo alguns atos quando na verdade se ela estivesse trabalhando direito todo tempo, nós não estaríamos discutindo esses problemas aqui hoje”, afirmou o secretário.

Fonte: G1 PA.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

Operação ‘Semana Santa’ vai restringir tráfego de veículos na BR-163 em Santarém

Restrições são para veículos de carga. Além da operação, serão feitas fiscalizações nos dias 13, 14 e 15 de abril.

Para assegurar o tráfego de veículos e evitar acidentes na rodovia federal Santarém/Cuiabá (BR-163) durante o feriado

estendido, a operação “Semana Santa” da Polícia Rodoviária Federal (PRF) vai restringir o tráfego de veículos de carga em Santarém, no oeste do Pará. O veículo que for flagrado circulando fora do horário estabelecido será retido e autuado.

De acordo com o chefe da 5ª delegacia da PRF, Sidmar Oliveira, nos dias 13, 14 e 15 haverá horários específicos para os motoristas circularem na estrada de pista simples. A restrição de trafegar é para caminhões com dimensões excedentes, os do tipo “cegonha” (CTV e CTVP), além dos que portam a Autorização Especial de Trânsito (AET).

Segundo Oliveira, a operação inicia às 0h do dia 13 com término às 0h do dia 16 de abril. Outras fiscalizações ocorrerão em pontos estratégicos da BR-163 para combater crimes ao longo da via. “As nossas equipes vão tentar coibir os excessos que geralmente ocorrem durante os feriados prolongados. Vamos utilizar também utilizar o etilômetro para questão da bebida e o radar para excesso de velocidade”, ressaltou.

Horários das restrições para o tráfego de veículos pesados

Fonte: G1 PA.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

Santarém- Vigilância Sanitária fiscaliza venda de peixe em feiras e mercados

A intenção é orientar sobre normas de higiene e garantir o pescado de qualidade aos consumidores. Vendedores comemoram as vendas.

A Semana Santa tem movimentado feiras e mercados de peixe em Santarém, no oeste paraense. Para garantir qualidade na venda do pescado, a Vigilância Sanitária está reforçando as ações de fiscalização nos 10 pontos de vendas, incluindo a Feira do Pescado e Feira do Peixe. A intenção é orientar principalmente sobre normas de higiene e garantir o pescado de qualidade.

A ação da Vigilância começou na manhã desta quarta-feira (12) na área do Mercado 2000, Feira do Tablado e Feira do Pescado, na Av. Tapajós e está programada para ocorrer até quinta-feira (13). De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (Semap), ao menos 50 toneladas de peixe devem ser comercializadas.

O preço do quilo do pescado varia entre R\$ 8 e R\$ 12 dependendo da espécie. O vendedor Francisco Farias aproveita a Semana Santa para obter lucro e comemora a alta procura pelo pescado. “O curimatã, tambaqui e mapará são os peixes mais procurados aqui na feira”, disse.

A dona de casa Nina Razera aproveitou a quarta-feira para ir em busca do pescado. Ela diz manter a tradição na Semana Santa. “O preço está bom, acessível. Todo ano a gente come peixe. O mais bonito a gente leva. O peixe muito gelado sai fora do padrão, do sabor”, destacou.

O período da Semana Santa é considerado sagrado pelos cristãos do mundo todo, pois relembra a crucificação de Jesus e sua

morte. Nesse período, fiéis fazem o jejum e deixam de consumir carne. A alimentação é a base de peixe. A Sexta-Feira Santa é marcada por orações, espetáculos sacros e atividades e várias igrejas da região.

Fonte: G1 PA.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

Hospital quebra regras e realiza último desejo de paciente

Carsten Flemming Hansen, de 75 anos, não tinha mais opções de tratamento

O Hospital Universitário de Aarhus, na Dinamarca, quebrou o protocolo para realizar o último desejo de Carsten Flemming Hansen, de 75 anos, paciente em situação terminal internado com um aneurisma na aorta e hemorragia interna. Sem opções de tratamento, os médicos previram que Hansen morreria em dias ou horas, e garantiram uma morte “digna”, servindo um cigarro e uma taça de vinho.

Pelas regras do hospital, o fumo é proibido, mas as enfermeiras que tratavam de Hansen decidiram desafiar as normas e levaram o paciente numa cadeira de rodas até uma varanda. Lá, ele realizou seu último desejo de fumar um

cigarro e beber uma taça de vinho branco gelado, enquanto observava o pôr do Sol.

– Era o fim que ele queria. Não houve tempo para pensar, era apenas comprar o que ele pedia – disse Inge Pia Christensen, diretora de enfermagem no Aarhus, em entrevista à imprensa local.

O fato foi registrado pela página do hospital no Facebook na última sexta-feira, dia em que Hansen faleceu, e teve mais de 70 mil curtidas e quase 5 mil compartilhamentos. De acordo com as enfermeiras, a família concordou que numa situação como essa, os últimos desejos eram mais importantes que qualquer tipo de tratamento.

“Foi um ambiente muito acolhedor e relaxado”, disse a enfermeira Rikke Kvist, em publicação no Facebook. “É claro que os familiares estavam afetados pelo fato de que ele iria morrer, e estavam tristes”.

– As enfermeiras optaram por quebrar as regras num gesto de humanidade – disse Mette Oro Bech Demuth, filha de Hansen. – Mostraram uma grande empatia e ternura por meu pai. É tudo o que representa esse gesto. Significou muito para nós da família que pudéssemos ver realizado o seu último desejo.

O chefe de comunicação do hospital, Lars Elgard Pedersen informou que a decisão de compartilhar esse momento íntimo em redes sociais foi discutida com a família, que concordou.

– Decidimos publicar a imagem porque se trata de uma situação difícil e acreditamos que é importante acabar com tabus existentes sobre a morte – disse Pedersen.

Fonte: ORMNews.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93

Relator lê parecer da reforma trabalhista nesta quarta

Rogério Marinho (PSDB-RN) começou apresentação na comissão especial da Câmara por volta das 10h

O relator do projeto que prevê uma reforma trabalhista, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) apresentou nesta quarta-feira (12) à comissão especial da Câmara que discute o tema em que propõe algumas garantias ao trabalhador terceirizado e o fim da obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical.

Ele começou a ler o seu parecer aos membros da comissão por volta das 10h10 e ainda fazia a leitura até a última atualização desta reportagem. A expectativa é que, ao final da leitura do relatório, os deputados façam pedido de vista – mais prazo para análise –, o que irá adiar a discussão e votação para a semana que vem. Em seguida, o parecer ainda será apreciado pelo plenário da Câmara.

O texto foi encaminhado ao Legislativo pelo governo do presidente Michel Temer e propõe uma reformulação nas regras trabalhistas.

Acordo

O parecer de Marinho estabelece as situações que poderão ser negociadas entre empregadores e trabalhadores e, em caso de acordo, vão prevalecer sobre a lei trabalhista.

Entre os pontos que poderão ser negociados, estão a jornada de

trabalho, a redução de salário, o parcelamento das férias, e a constituição de banco de horas. Por outro lado, as empresas não poderão discutir, por exemplo, o fundo de garantia, o salário mínimo, o décimo terceiro e as férias proporcionais.

Terceirização

O relatório propõe uma série de salvaguardas para o trabalhador terceirizado. Em março, o presidente Michel Temer sancionou uma lei que permite a terceirização para todas as atividades de uma empresa.

O parecer inclui uma espécie de quarentena, na qual o empregador não poderá demitir o trabalhador efetivo e recontratá-lo como terceirizado num período de 18 meses.

A empresa que recepcionar um empregado terceirizado terá, ainda, que manter todas as condições que esse trabalhador tem na empregadora-mãe, como uso de ambulatório, alimentação e segurança.

Contribuição sindical

Atualmente, o pagamento da contribuição sindical é obrigatório e vale para empregados sindicalizados ou não. Uma vez ao ano, é descontado o equivalente a um dia de salário do trabalhador. Se a mudança for aprovada, a contribuição passará a ser facultativa.

Fonte: ORMNews.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br